



15 DE MAIO DE 2015

Sexta-feira

- COMITÊ AUTOMOTIVO DA ABNT REELEGE PRESIDENTE
- FREUDENBERG-NOK AMPLIA MARKET SHARE NO MERCADO OEM DO BRASIL
- GENERAL MOTORS DE GRAVATAÍ VOLTA A PRODUIR
- VOLVO LANÇA MANUAL DE GESTÃO EM SEGURANÇA VIÁRIA
- COPEL TEM QUEDA DE 19% NO LUCRO NO 1º TRIMESTRE
- O RACIONAMENTO DE ÁGUA E OS IMPACTOS NO MERCADO DE TRABALHO
- BM&FBOVESPA LUCRA R\$ 279,5 MILHÕES ATÉ MARÇO, ALTA DE 9,1%
- COMÉRCIO TEM PIOR RETRAÇÃO EM 12 ANOS
- A TRÍPLICE CRISE E O RECOMEÇO
- FALÊNCIA É A REALIDADE PARA VÁRIAS EMPRESAS QUE PEDEM RECUPERAÇÃO
- O ENCOLHIMENTO DA PRODUÇÃO DE VEÍCULOS
- COMO ANALISAR O BALANÇO PATRIMONIAL DE UMA EMPRESA?
- FRAQUEZA GERAL
- IGP-10 DESACELERA ALTA A 0,52% EM MAIO POR ALÍVIO NO ATACADO E VAREJO
- DESEMBOLSOS DO BNDES RECUAM 24% E CONSULTAS AO BANCO CAEM QUASE PELA METADE NO 1º TRI
- PRODUÇÃO CHINESA DE MINÉRIO DE FERRO DEVE CAIR
- USIMINAS APROVA CAPTAÇÃO DE ATÉ R\$ 475 MILHÕES COM BRADESCO
- TRAFIGURA QUER ATIVOS EM MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL
- ABIMAQ APRESENTA PROPOSTAS PARA POLÍTICA INDUSTRIAL AO MDIC
- MINERADORAS INSTALADAS EM MINAS INTENSIFICAM DEMISSÕES
- ECONOMISTAS DIVERGEM SOBRE AS SOLUÇÕES PARA A ECONOMIA

- CRISE TIRA R\$ 100 MILHÕES DE BETIM
- INFLAÇÃO MEDIDA PELA FGV REGISTRA 0,52% EM MAIO
- INDÚSTRIAS PARANAENSES SÃO VENCEDORAS NO PRÊMIO NACIONAL DE INOVAÇÃO
- LEVY ALERTA PARA ALTA DE IMPOSTOS COM MUDANÇAS EM REGRAS DA APOSENTADORIA
- AUXÍLIO-DOENÇA NÃO SOFRERÁ MUDANÇAS
- INDÚSTRIA PEDE MANUTENÇÃO DA DESONERAÇÃO A SETORES COM SALDO POSITIVO
- SUZUKI ENCERRA OPERAÇÕES EM ITUMBIARA (GO) E TRANSFERE MONTAGEM DO JIMNY PARA CATALÃO
- FMI DIZ QUE O BRASIL ESTÁ PROTEGIDO DE TURBULÊNCIAS
- MUDANÇAS NÃO ABALAM AJUSTE, AVALIA GOVERNO

CÂMBIO EM 15/05/2015		
	Compra	Venda
Dólar	2,977	2,978
Euro	3,402	3,404

Fonte: BACEN

Comitê automotivo da ABNT reelege presidente

15/05/2015 - Fonte: Automotive Business



O Comitê Brasileiro Automotivo, um dos órgãos técnicos dentro da Associação Brasileira de Normas Técnicas, a ABNT, reelege Ali El Hage como presidente, que assume o cargo e inicia seu quarto mandato à frente da organização. O executivo também é diretor do Instituto Sindipeças de Educação Corporativa, criado em 2013 com o objetivo de oferecer soluções no âmbito educacional.

O Comitê Brasileiro Automotivo é responsável por cuidar da normatização no âmbito dos setores de automóveis, caminhões, ônibus, motocicletas, bicicletas, ciclomotores, autopeças e componentes, além de atuar em campos da terminologia, requisitos e métodos de ensaio no segmento da reparação e emissões veiculares.

“São grandes os desafios na condução da normalização numa sociedade democrática, com participação igualitária e equilibrada dos elos da cadeia de produção”, afirma El Hage.

Freudenberg-NOK amplia market share no mercado OEM do Brasil

15/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A Freudenberg-NOK comemora a expansão de seus negócios no Brasil, para componentes do segmento de vedação fornecidos diretamente às montadoras (OEM). No acumulado deste ano, a companhia registra participação de mercado em 70%. Segundo a empresa, esta fatia representa crescimento de 75% no período entre 2013 e 2015:

“O grande salto ocorreu nos últimos três anos. Em 2013, a nossa participação era um pouco superior a 40%; em 2014, evoluiu para 60% e, este ano, cresceu ainda mais e conquistamos mais 10% da fatia do mercado nacional”, conta George Rugitsky, presidente da Freudenberg-NOK na América do Sul.

O executivo atribui a expansão do fornecimento para as montadoras no Brasil a fatores como o nível de tecnologia das peças, a capacidade de desenvolvimento global e de adaptação destas tecnologias para as necessidades da indústria brasileira.

“A confiança que conquistamos junto às montadoras no Brasil reforça a preferência pelas nossas vedações, que estão presentes em mais de 70% da frota mundial”, conta Rugitsky.

Além do mercado original (OEM), a empresa fornece os componentes de vedação para o mercado de reposição por meio de sua marca Corteco, para veículos leves, pesados e motocicletas.

General Motors de Gravataí volta a produzir

15/05/2015 - Fonte: Automotive Business



A General Motors informa que a fábrica de Gravataí voltou a produzir. A montadora havia interrompido a produção dos modelos Celta, Prisma e Onix nos dias 12 e 13 e atribuiu o problema à falta de cegonhas para fazer o transporte dos veículos.

Segundo a GM, quase 2 mil carros deixaram de ser fabricados. A montadora havia atribuído a falha à Tegma e à Transzero. O problema, porém, foi motivado por uma paralisação de advertência promovida pelo Sindicato das Pequenas e Microempresas de Transporte de Veículos do Rio Grande do Sul (Sintravers).

“Como em todos os anos, em maio ocorreu o reajuste do frete, que este ano foi de 6%. A

GM já havia concordado com o valor e depois voltou atrás”, afirma o presidente do sindicato, Sílvio Dutra.

“A GM está usando isso como desculpa porque tem mais de 20 mil carros estocados aqui no Rio Grande do Sul por causa da queda nas vendas”, diz Dutra, citando o uso de dois autódromos para a guarda dos automóveis.

Em nota, a Transzero confirma a paralisação no dia 12 motivada pelo Sintravers, negando ter ela mesma promovido greve. A Tegma também atribui a falha do dia 12 ao mesmo sindicato e declara que as atividades foram normalizadas no dia 13.

Volvo lança manual de gestão em segurança viária

15/05/2015 - Fonte: Automotive Business



O Programa Volvo de Segurança no Trânsito (Pvst), está lançando o manual da ISO 39.001, norma internacional que certifica empresas voluntárias na gestão de segurança viária, para apoiar e orientar outras empresas do setor de logística e transporte rodoviário de carga a obter o certificado. Essa ação faz parte da campanha “Zero Acidente” adotada recentemente pela fabricante sueca.

Lançada no exterior em 2012, a ISO 39.001 ainda não foi traduzida no Brasil e a norma está em processo de implementação no País. Por causa disso, o manual lançado pela Volvo antecipa detalhes das exigências e requisitos necessários para as empresas e também mapeia as ações que devem ser adotadas.

Segundo a companhia, a decisão de criar essa campanha partiu dos seminários regionais promovidos pelo Pvst entre setembro e novembro de 2014.

Paulo Cesar Gottlieb, da TRS Engenharia e responsável pelo manual, acredita que empresas que já têm as ISO 9.000 e ISO 14.001 (gestão de qualidade e ambiental, respectivamente) não terão dificuldades em obter a nova certificação.

“Estima-se que dezenas de empresas já possuam a ISO 39.001 no mundo e observamos receptividade para ela no Brasil”, comemora o executivo. Gottlieb ressalta que normas novas levam até quatro anos, a partir de sua criação, para atingir um grau de maturidade.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (Abnt) informa que já trabalha na tradução da norma para o País e também na criação da versão nacional da ISO 39.001, que atenda as especificidades do mercado, sociedade e infraestrutura do Brasil.

Anaíse Oliveira, responsável pelo Programa Volvo de Segurança no Trânsito, acredita que antecipando a vinda da ISO a montadora fará com que outras empresas avancem na gestão de segurança viária. “Nosso objetivo foi ir além da discussão, disponibilizando a essência do conteúdo em um documento de orientação”, avalia.

Reconhecida mundialmente por investir em segurança em todos os veículos, a Volvo lançou em 2014 a Linha F de caminhões, que leva a tecnologia de ponta da marca em segurança veicular, como piloto automático inteligente que ativa frenagem de emergência, faróis que acompanham o movimento da direção, freio de estacionamento quando for desligado, sistema anti-intrusão frontal que aumenta a resistência da cabine a impactos frontais, freios auxiliares, suspensão dianteira nova e outras tecnologias já tradicionais, como o sistema que alerta o motorista caso saia da faixa por descuido ou desatenção.

Copel tem queda de 19% no lucro no 1º trimestre

15/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A empresa paranaense de energia elétrica Copel teve queda de 19% no lucro líquido no primeiro trimestre na comparação anual, pressionada por aumento de despesas operacionais e financeiras.

A empresa encerrou março com lucro líquido de R\$ 470 milhões ante R\$ 583 milhões um ano antes.

Os custos e despesas operacionais saltaram 50,2% ano a ano (a R\$ 3,6 bilhões). O aumento se deu por itens como o aumento de energia elétrica comprada para revenda, entrada de novos contratos de compra de energia e reajuste de contratos pela inflação, disse a Copel em seu relatório de resultados.

As despesas financeiras aumentaram 56,9%, para R\$ 178,9 milhões, pressionadas pelo aumento de encargos de dívidas decorrentes do maior saldo de financiamentos e debêntures, segundo a companhia.

Caixa

Do lado operacional, a receita líquida avançou 38,9% e encerrou o trimestre a R\$ 4,24 bilhões. A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R\$ 835 milhões, recuo de 2,8% sobre um ano antes.

O racionamento de água e os impactos no mercado de trabalho

15/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O racionamento de água e rumores da real falta de abastecimento têm gerado problemas que vão muito além do cotidiano dos cidadãos em suas residências, atingindo a economia em inúmeros segmentos e também os trabalhadores.

Conforme dados divulgados pela Associação Comercial de São Paulo, em pesquisa realizada em fevereiro com 483 empresas de comércio e serviço de micro e pequeno porte, os números apresentados são críticos e preocupantes.

Considerando-se todas as atividades econômicas pesquisadas, para 35% dos empresários a crise hídrica está prejudicando muito o faturamento, 39% responderam que a falta de água está aumentando muito os custos do empreendimento, já 14% tiveram que demitir funcionários, 42% pensam em demitir se a crise continuar ou se agravar, 38% vão reduzir o horário de funcionamento, 26% pensam em mudar de cidade e 19% cogitam fechar seus estabelecimentos.

Com esse cenário, cresce a busca das empresas por adotar medidas alternativas que possam ao menos minimizar prejuízos sem que se pense em demissões ou fechamento do estabelecimento.

Nesse sentido, como modo de contornar a realidade, as empresas já investem em aquisição de caixas d'água, contratação de caminhões pipas para abastecimento, construção de poços artesianos e cisternas, aquisição de produtos de limpeza a seco etc.

Mas qual estratégia adotar em relação à condução do negócio, tendo-se em mente a tão importante força de trabalho dos colaboradores que impulsionam a atividade comercial ou de serviço?

Inicialmente, há que se ponderar que o momento em que vivemos não pode ser visto como uma situação normal, de modo que a falta de água não pode ser imputada ao empregador, mas sim a um fenômeno natural que supera as forças do homem. É o que chamamos de força maior.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho, conceitua em seu artigo 501 a força maior como: todo acontecimento inevitável, em relação à vontade do empregador, e para a realização do qual este não concorreu direta ou indiretamente.

No entanto, mesmo que não se possa imputar ao empregador culpa ou responsabilidade por causa da crise hídrica, as suas obrigações perante seus empregados permanecem praticamente irretocáveis.

Isso porque, como regra basilar do direito do trabalho brasileiro, os riscos devem ser honrados exclusivamente pelo empresário, não podendo de modo algum transferi-los aos trabalhadores.

Vejamos, por exemplo, a seguinte situação: se optar o empregador por dispensar o trabalhador em dias em que não houver abastecimento de água, esse dia será considerado como licença remunerada, não podendo haver qualquer desconto salarial.

E sob esse prisma, quais seriam os instrumentos jurídicos de que o empregador poderia se valer para tornar essa equação mais equilibrada, a ponto de não inviabilizar o seu negócio?

A depender da atividade empresarial desempenhada, é plenamente possível instituir-se o sistema de trabalho em home office, onde o trabalhador passará a executar suas atribuições em sua residência, devendo o empregador conceder todas as condições e instrumentos de trabalho necessários às tarefas diárias, como por exemplo, computadores, linha telefônica, suprimentos de escritório, serviço de internet, luz, dentre outros.

Na via reversa, caso a atividade empresarial não permita o trabalho em residência, devemos partir para outras formas de flexibilização do trabalho.

Assim, pode-se optar em conceder férias coletivas a toda a empresa, ou de forma setorial, desde que haja comunicação ao Ministério do Trabalho e Emprego com no mínimo quinze dias de antecedência ao início das férias, e no mesmo prazo enviar ao sindicato da categoria a comunicação realizada ao MTE, além de realizar a comunicação aos empregados de forma clara e transparente, com afixação no quadro de avisos da empresa.

Outra alternativa seria a redução de jornada com redução de salário, seguindo-se os preceitos da Lei 4.923/65, desde que haja comprovação de um cenário economicamente desfavorável.

Para isso, se faz necessária obrigatoriamente, negociação coletiva com o sindicato profissional da cambém não podem suplantar 25% do salário contratual e, normalmente, vêm acompanhadas de contrapartidas, que convocará assembleia entre os empregados para que democraticamente votem pela aceitação ou não da medida.

A redução da jornada e salário, é transitória e por isso, não poderá exceder três meses, salvo nova negociação, se demonstrado que as condições adversas permanecem. A base de redução salarial aos empregados, como por exemplo, garantia provisória no emprego.

Pode ainda o empregador valer-se da suspensão do contrato de trabalho conforme autoriza o artigo 476-A da CLT, por período de dois a cinco meses, para que haja participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, o que também deve ser formalizado por convenção ou acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria, desde que o empregado expressamente anua com a suspensão.

Durante o período de suspensão do contrato o trabalhador não recebe salário, mas apenas Bolsa Qualificação Profissional custeado pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), ficando a empresa dispensada do recolhimento dos encargos trabalhista. Contudo, devem ser mantidos os benefícios voluntariamente concedidos pelo empresário.

BM&FBovespa lucra R\$ 279,5 milhões até março, alta de 9,1%

15/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O lucro líquido atribuído aos acionistas da BM&FBovespa somou R\$ 279,5 milhões no primeiro trimestre deste ano, aumento de 9,1% na relação com o mesmo período do ano passado, informou a empresa nesta quinta-feira (14).

Na comparação com o quarto trimestre do ano houve um crescimento de 20,2%. Já o lucro líquido ajustado somou R\$ 391,3 milhões, alta de 4,2% em relação ao mesmo intervalo de 2014. Ante o quarto trimestre do ano passado o aumento foi de 4,8%.

A receita líquida, por sua vez, ficou em R\$ 520,4 milhões, alta de 6,5% na relação anual. Na comparação trimestral foi registrado um recuo de 2,4%. A margem operacional líquida ficou em 57,5% no intervalo de janeiro a março, ante 62,2% visto no primeiro trimestre de 2014 e de 53,1% no intervalo imediatamente anterior.

Comércio tem pior retração em 12 anos

15/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Com a renda das famílias em queda e os preços de produtos em alta, as vendas dos supermercados e hipermercados tiveram baixa de 1,2% nos três primeiros meses deste ano e foram as principais responsáveis pelo pior desempenho trimestral do comércio em 12 anos.

O IBGE divulgou nesta quinta-feira (14) que as vendas do varejo acumularam perdas de 0,8% no primeiro trimestre. É o pior desempenho desde o terceiro trimestre de 2003 (recuo de 4,4%), quando o país sofreu com as incertezas do governo Lula.

“O comportamento do início deste ano é parecido com o fim de 2014. Há arrefecimento no consumo, com restrição orçamentária e oferta de crédito e poder de compra menores”, disse Juliana Vasconcellos, gerente do IBGE. Isoladamente, o setor de supermercados, hipermercados, alimentos, bebidas e fumo representa quase 40% da Pesquisa Mensal do

Comércio. O segmento respondeu, isoladamente, por 0,3 ponto porcentual da queda do ano.

Sete das dez atividades acompanhadas tiveram queda na comparação entre o primeiro trimestre deste ano e igual período do ano anterior. O desempenho ruim foi, portanto, disseminado. A atividade de móveis e eletrodomésticos recuou 6,7% no trimestre ante o mesmo período do ano anterior. A queda se deve "à retirada gradual dos incentivos à linha branca, ao lado da menor oferta de crédito", disse a gerente do IBGE.

Projeções ruins

Apenas no mês de março, o varejo restrito registrou queda de 0,9% ante fevereiro, enquanto o varejo ampliado teve recuo de 1,6% no período. Em ambos os casos, é o pior resultado para o mês desde 2003. Os resultados anunciados foram, em todas as comparações, piores do que o esperado em média pelos economistas.

Alguns já anunciaram que vão rever suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre, que será anunciado pelo IBGE em 29 de maio, e talvez até para um período mais longo.

"O fato de ter vindo pior que o imaginado também coloca uma visão [mais pessimista] sobre a economia em 2016", ponderou o economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito. "Todo o ajuste praticamente será em cima dele [varejo]."

Já a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) passou a prever queda de 0,4% no volume de vendas do varejo este ano, algo inédito desde 2003.

"A confiança dos consumidores, abalada pela queda no nível de atividade econômica e seus reflexos sobre o mercado de trabalho, tem impedido qualquer reação do setor, a despeito do recuo da inflação nos produtos comercializáveis", analisou Fabio Bentes, economista da CNC.

Atividades

Um setor que se saiu bem foram os equipamentos de informática e de outros artigos de uso pessoal e doméstico, cujas vendas aumentaram em março ante fevereiro. Segundo o IBGE, a queda nos preços de computadores e as vendas de ovos de Páscoa, respectivamente, deram um pequeno impulso ao resultado.

Número de lojistas cai pela 1.ª vez em 10 anos

A queda nas vendas do comércio varejista, setor que exibiu taxas vigorosas de crescimento até pouco tempo atrás, está levando empresas a fecharem as portas. Pela primeira vez em dez anos, o número de companhias do varejo informantes do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) diminuiu nos últimos 12 meses até março.

Segundo cálculos da Confederação Nacional do Comércio (CNC), a retração foi de 2,6%. No mesmo período, o volume de vendas do varejo ampliado – que inclui veículos e materiais de construção – recuou 3,4%.

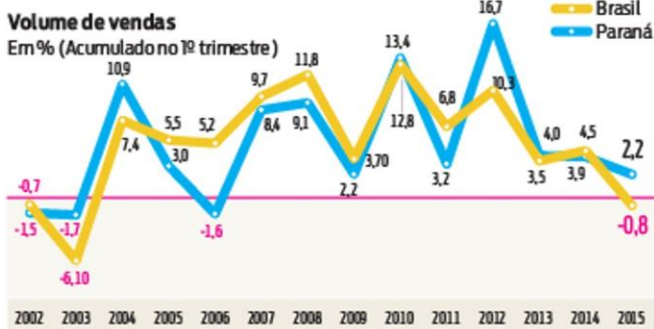
"A queda na quantidade de varejistas que não fizeram nenhuma declaração trabalhista ao Caged, como demissões, contratações, licenças, por exemplo, é um forte indício de que as empresas estão encerrando as atividades por causa da queda nas vendas", afirma Fabio Bentes, economista da CNC e responsável pelos cálculos.

Outra explicação seria que essas empresas teriam migrado para a informalidade, por isso a falta de contato com o Caged.

VENDAS ESTAGNADAS

O varejo brasileiro fechou o período de janeiro a março com recuo no volume de vendas de 0,8%. É o desempenho mais fraco em um primeiro trimestre dos últimos 12 anos:

VAREJO NORMAL

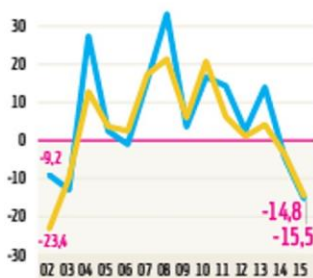


VAREJO AMPLIADO

O volume de vendas do comércio ampliado no trimestre inicial de 2015 registrou queda de 0,7% em relação ao mesmo período de 2014:

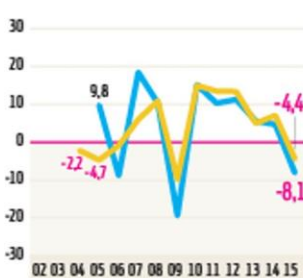
Veículos, motos, partes e peças

Volume de Vendas, em %
(Acumulado no 1º trimestre)



Materiais de construção*

Volume de Vendas, em %
(Acumulado no 1º trimestre)



*não havia estudos entre 2002 e 2004

Fonte: IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

A tríplice crise e o recomeço

15/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Brasil está mergulhado em uma tríplice crise: moral, política e econômica. A confiança na política, nos políticos e nas instituições está profundamente abalada. Como agravante, ajudado pela crise internacional, o governo bagunçou os fundamentos da economia e piorou os principais indicadores. O PIB caiu, o desemprego aumentou, a inflação subiu, o orçamento fiscal estourou e o imposto cresceu. Ou seja, é uma crise completa.

As crises têm a função de mostrar o que está funcionando e o que não está, quais práticas se tornaram obsoletas e quais sistemas entraram em colapso. No Brasil, é essencial descobrir quais peças da engrenagem social entraram em colapso e precisam ser deixadas para trás.

Um imenso diagnóstico nacional é necessário, a fim de identificar que medidas são requeridas para superar a crise e retomar o caminho da prosperidade. Entretanto, não se trata de apenas superar a crise, trata-se de reformar radicalmente a estrutura da nação.

A sociedade brasileira precisa se perguntar por que o país insiste em continuar pobre e afundado nos erros de sempre.

Fazendo análise da crise norte-americana, o presidente da General Electric, Jeffrey Immelt, disse algo interessante: "Esta crise econômica não representa um ciclo; representa um colapso, um doloroso *reset*."

Um *reset* emocional, social e econômico. As pessoas que entenderem isso prosperarão. Quem não entender ficará para trás". Por *reset* podemos entender uma grande reorganização política, social e econômica, um "recomeço" tanto para as pessoas, quanto para as empresas e o governo.

O Brasil precisa se reinventar. Ao fim do regime militar, dizia-se que o país tinha de ser "passado a limpo", epígrafe usada como mote para a nova Constituição aprovada em outubro de 1988, infelizmente um ano antes da queda do muro de Berlim e antes da derrocada do império soviético.

Tivesse se atrasado um ano, talvez não teria sido contaminada por ideias do comunismo, regime que desabou por ter se tornado uma fábrica de pobreza e de repressão, ao custo de 100 milhões de vidas exterminadas.

A questão é saber se o Brasil aproveitará a tríplice crise para fazer um amplo debate nacional e iniciar um grande recomeço. A sociedade brasileira precisa se perguntar por que, sendo tão rico de recursos, o país insiste em continuar pobre e afundado nos erros de sempre.

Em entrevista à Globo News, o senador José Serra afirmou que o debate no Brasil acabou, inclusive no Congresso. Se no parlamento – uma Casa que deveria ser exemplo de inteligência e saber – o debate inexistente, dá para imaginar o que ocorre nos estados e nos municípios.

De início, o grande recomeço do Brasil passa por ampliar e modernizar a infraestrutura e transformar o sistema educacional.

O progresso na era da criatividade e da inovação depende essencialmente do capital humano, para o que é necessário transformar a educação.

Ao comentar estudo do Banco Mundial sobre a educação brasileira, o jornal *Financial Times* observou, em 2009, que "o capital humano parece ser o ponto crítico para a entrada do Brasil na economia do conhecimento".

A história revela que as grandes crises podem conter a semente de grandes revoluções tecnológicas. Isso ocorreu com a recuperação alemã após ser devastada pela guerra e ocorreu também com a grande depressão dos anos 1930.

A explosão de inovações tecnológicas e de invenções após esses dois eventos criou as bases para a expansão mundial das décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Cabe a nós aproveitar ou não a tríplice crise que se abateu sobre o Brasil. (José Pio Martins, economista, é reitor da Universidade Positivo).

Falência é a realidade para várias empresas que pedem recuperação

15/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



A demora dos empresários em buscar o auxílio da Justiça para reestruturar a dívida das companhias é um erro comum no Brasil e muitas vezes fatal, diz o advogado Eduardo Munhoz, um dos maiores especialistas em recuperação judicial do país.

Para ele, a lei deveria ser aperfeiçoada para permitir que os próprios credores solicitem a recuperação.

Responsável por casos como a reestruturação do grupo EBX (de Eike Batista) e da empreiteira OAS, Munhoz defende que o governo possa dar descontos nas dívidas tributárias em vez de só parcelar os débitos. Segundo ele, essa amarra impede a sobrevivência de certas empresas e prejudica o próprio fisco.

Folha - Muitas empresas estão pedindo ou considerando a recuperação judicial. É possível separar o que é efeito da Operação Lava Jato e o que é consequência da crise?

Eduardo Munhoz - Há uma combinação das duas coisas e, por isso, será um grande teste para a lei. A Lava Jato traz uma discussão importante sobre a diferença entre empresário e empresa.

No Brasil, há muita confusão. O dono pode errar, mas isso não significa que a empresa tenha de ser destruída.

O argumento de que a empresa precisa ser preservada tem sido muito usado. Na prática, o que isso significa?

Significa que os empresários comprovadamente culpados sejam presos e punidos e a empresa sofra sanção. Não é um salvo-conduto para as companhias. Mas a sanção tem de ser modulada para não prejudicar a atividade.

Essa empresa pode ser vendida, e os controladores que fizeram atos irregulares, afastados. E aí ela se regenera.

Os empresários costumam relutar em pedir a recuperação judicial. Por quê?

A recuperação judicial é um processo custoso, não é uma decisão fácil mesmo. O problema é que, no Brasil, as empresas demoram tempo demais para entrar no processo.

O empresário vai atrasando a decisão e pagando as obrigações financeiras até o limite. É como o maratonista que usa toda sua energia, mas ainda faltam 20 quilômetros.

Nesse ponto, a lei podia melhorar. No Brasil, o credor não pode pedir a recuperação judicial do devedor. Pode solicitar somente a falência. Em outros países, isso é possível.

O histórico da lei ainda é ruim: boa parte das empresas não consegue sair da recuperação judicial. Por quê?

Primeiro, porque a empresa entra com o pedido muito tarde, quando a situação já é muito crítica. Boa parte não seria mais caso de recuperação judicial. Muitas empresas não deveriam ter sido recuperadas, deveriam ter sido falidas. E falidas mais rápido.

Há ainda a dificuldade em conseguir financiamento. A lei não dá proteção suficiente a quem empresta recursos à companhia em recuperação. O que se faz hoje é dar ativos em garantia. Mas há empresas que não podem fazer isso.

Seis empreiteiras envolvidas na Lava Jato já pediram recuperação judicial. Elas devem ser bem-sucedidas?

A maioria dos casos deve ser de insucesso, porque é a média geral da lei. Não é uma análise individual. Insucesso no sentido de a empresa descumprir o plano, entrar em deterioração e, no final, ter apenas adiado a falência.

Na recuperação judicial, a empresa tem de negociar a dívida. Quem ficará com a maior parte da fatura este ano?

Depende da estrutura de dívida e de capital de cada empresa. Mas é verdade que no Brasil o acionista tem poder maior que nos Estados Unidos, por exemplo.

Lá, quando a dívida é maior do que o valor da empresa, é comum que o acionista fique com zero. Já no Brasil é comum que os acionistas mantenham a posição. O próprio credor prefere. Ele não quer assumir o negócio.

Muitas das empresas que pediram recuperação têm credores no exterior. Com tantos casos de insucesso, esse mercado irá se fechar para as companhias brasileiras?

A forma como essas recuperações terminarem terá influência significativa. Não é incomum que as empresas entrem em crise e ocorram processos de reorganização. Esses investidores estrangeiros sabem disso.

Para eles, o problema não está tanto no insucesso, mas, sim, se houve crime, desvio, fraude e se o sistema de recuperação funcionou.

Temos a chance de que nos vejam como um país sério, no qual soluções de mercado lícitas são adotadas.

O Congresso discute permitir que empresas em recuperação judicial paguem as dívidas tributárias em até 120 vezes. A medida é importante?

Não resolve. A lei precisaria ser modificada para permitir acordos de reestruturação tributária dentro da recuperação judicial. Não pode ser uma regra rígida e fixa como o parcelamento em 120 vezes.

Tem de dar alguma dose de tomada de decisão à autoridade tributária para avaliar caso a caso. Uma empresa pode ter condição de pagar se for em 240 vezes ou se houver desconto de 50%.

Caso contrário, vai à falência. Com essa amarra, o próprio fisco pode ser prejudicado. Quando a empresa vai à falência, o governo recebe somente após os trabalhadores e os credores com garantia real. Ou seja, pode ser que o fisco não receba. Então negociar pode ser uma solução superior.

As empresas envolvidas na Lava Jato conseguirão se reestruturar sem um cálculo sobre eventuais multas e penas?

Esse cálculo não é imprescindível, mas é importante para os credores.

O cálculo só poderá ser feito após fechados os acordos entre as empreiteiras e a CGU?

Ou após as decisões da Justiça. O ideal é que ocorra logo uma coisa ou outra. Nos casos em que houver punição, as empresas poderão se defender, os investidores poderão avaliar o valor em disputa e a chance de sucesso das empresas. A pior situação é a quando não há acordo nem punição. Os credores não vão deixar de perguntar.

O encolhimento da produção de veículos

15/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Com a queda continuada das vendas, tornou-se inevitável uma adaptação da indústria automobilística às novas condições de mercado. Segundo a associação das montadoras (Anfavea), em abril a produção caiu 21,7%, em relação a abril de 2014, e 14,5%, em relação a março. De janeiro a abril foram produzidas 882 mil unidades, 17,5% menos que em 2014.

A entidade não prevê melhora até junho, mas espera uma retomada no segundo semestre, com a aprovação do ajuste fiscal, o que deverá aliviar o ambiente de negócios. Mas será difícil de voltar ao nível de produção de 2014 (3,15 milhões de unidades) por causa da queda de renda do consumidor, da inflação, das restrições de crédito e da redução das exportações.

Mercado potencial existe, acredita o presidente da Anfavea, Luiz Moan. O consumidor adquire o veículo porque precisa e deseja. "Mas, por uma contingência da economia, compra mais seminovos do que novos.

" A Anfavea nota a alta de 2,2% na venda de usados no período janeiro-abril. Explica-se: após um ano de uso, os seminovos depreciam entre 20% e 25%, dependendo do modelo.

Para alguns analistas, vários modelos fabricados no País sofrem severa carga tributária e são caros para o consumidor. É preciso aperfeiçoar os processos industriais para cortar custos de produção – o que exige investimento, mais difícil quando o mercado encolhe.

Mesmo que o consumidor passe pela triagem do banco, o crédito caro inibe as vendas. Para atenuar suas dificuldades, a indústria vem apoiando os "feirões de consórcios".

Reativa, assim, iniciativas que pareciam destinadas a desaparecer quando o crédito era abundante. Os feirões facilitam o uso de cartas de crédito e dão algum alento ao setor.

Os problemas seriam menores se as exportações crescessem com a alta do dólar. Mas o principal mercado, o argentino, também encolheu. Considerando automóveis, caminhões e ônibus, as exportações caíram 1,2% em unidades e 18,9% em valor.

Isso se deveu às máquinas agrícolas e rodoviárias, cuja produção recuou 4,2% no mês e 19,8% no quadrimestre.

Fornecedores também sofrem. O setor de autopeças reduziu em 14% as entregas à indústria no primeiro bimestre, segundo o Sindipeças. Igualmente foram afetadas as indústrias de borracha e de plásticos.

O emprego padeceu com o corte de 14,6 mil vagas entre janeiro e abril. E centenas estão em férias coletivas ou lay-off.

Como analisar o balanço patrimonial de uma empresa?

15/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Todas as companhias brasileiras (exceto microempreendedores e empresas rurais) precisam elaborar relatórios mensais, trimestrais ou anuais para prestar contas de sua situação financeira. Um desses documentos é o balanço patrimonial, elaborado e divulgado pelas empresas a cada três meses.

De acordo com a legislação, as empresas que são constituídas em sociedade, com ações negociadas na Bolsa ou não, precisam dizer periodicamente a seus acionistas ou investidores como andam as finanças da companhia.

O professor Giácomo Diniz, do Instituto Educacional BM&FBovespa, explica que o documento é elaborado de modo a mostrar duas situações: "O lado dos ativos representa os bens e os investimentos que a empresa possui. O do passivo, as obrigações que a empresa tem a cumprir, ou seja: quem está financiando os negócios."

O balanço pode ser visto como uma fotografia da companhia em um determinado momento, compara o professor, pois mostra seus recursos em caixa, seus gastos com a operação, os impostos a pagar e seu endividamento (a chamada alavancagem).

Para avaliar a saúde financeira de uma empresa, o requisito mais importante é o conhecimento do próprio investidor sobre o negócio, conforme explica Diniz. Isso porque é preciso levar em conta o impacto de uma série de variáveis econômicas sobre a área de atuação da empresa:

"Vamos usar a Vale como exemplo: se o crescimento chinês aumenta, haverá mais demanda de minério de ferro, seu preço internacional vai subir e a empresa vai ganhar dinheiro. Outro aspecto é o câmbio: como ela está exportando, vai receber mais reais por dólar vendido quando a moeda americana estiver valorizada. Ou seja: ela também fica feliz."

Além do próprio site da companhia, o investidor pode buscar informações sobre a empresa em que fez aportes nas juntas comerciais e, no caso das companhias de capital aberto, no site da BM&FBovespa e no portal da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão que fiscaliza o mercado de capitais no Brasil.

Prospecto. Quando uma empresa deseja obter recursos na Bolsa de Valores para financiar sua operação, precisa apresentar ao mercado uma série de informações que servirão como principal instrumento para que os possíveis investidores avaliem o negócio. Essa ferramenta é chamada Prospecto.

Mais detalhado que o balanço, o catálogo de informações traz detalhes sobre a gestão da companhia. "É preciso olhar tanto para as informações financeiras quanto para outras questões, como quem é o dono da empresa, quais são os riscos de investir no negócio, quais são os objetivos e os recursos do negócio", explica Diniz.

Quem participa de uma oferta inicial de ações (o chamado IPO) não pode fazer recomendações a investidores por questões legais, mas uma forma eficaz de avaliar se

vale a pena ou não investir em uma empresa é comparar o negócio a outros semelhantes no mercado, conforme aponta Diniz. No caso de uma empresa que não tem pares no mercado, é preciso ficar atento à maneira como os negócios são geridos.

Fraqueza geral

15/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Quem tem dúvidas sobre a extensão e a intensidade da retração da economia no primeiro trimestre deste ano, deve olhar para os números divulgados nesta quinta-feira pelo IBGE sobre o desempenho do comércio varejista (veja o gráfico abaixo).

As estatísticas dividem essa área em dois campos: varejo restrito e varejo ampliado. Este último acrescenta ao primeiro o comércio de veículos e de materiais de construção.

Em março, as vendas do varejo restrito caíram 0,9% em relação a fevereiro. Comparado o primeiro trimestre com igual período de 2014, a queda foi de 0,8%.

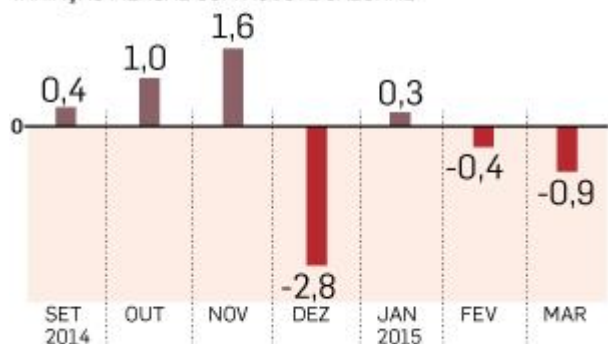
O número ainda mais expressivo é o que aponta para a abrangência da retração, que, por analogia com o que acontece com a inflação, pode ser chamado também de índice de difusão. O IBGE examina dez ramos do comércio restrito. Sete apontaram queda no trimestre.

Vista a mesma coisa de outro jeito, as vendas no varejo restrito, em março, foram mais fracas em 16 dos 26 Estados (e Distrito Federal) da União. O estrago é ainda maior quando se consideram os dois ramos que completam o extrato do varejo ampliado, queda de 5,3% no trimestre.

MAU DESEMPENHO

● Volume de vendas do comércio varejista restrito*

VARIAÇÃO MENSAL COM AJUSTE SAZONAL



*Não inclui veículos nem material de construção

FONTE: IBGE

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Ninguém esperava que o ajuste da economia fizesse efeito tão rapidamente nem que fosse tão intenso. Pelo menos três fatores vêm contribuindo para essa retração. O primeiro deles é a perda de poder aquisitivo provocada pela inflação e pelos tarifas que comeram uma fatia maior do orçamento.

O segundo é o excessivo endividamento. O consumidor foi induzido pelo governo a não ter medo de ser feliz e sair comprando casa própria, veículo e aparelhos domésticos.

O financiamento parecia atraente porque apontava prestações que cabiam com folga no salário. Mas, muito depressa, tudo ficou mais caro, o dinheiro encolheu e ficou complicado honrar os carnês no banco no fim do mês.

O terceiro fator que segurou as vendas do varejo foram as más notícias, digamos assim. Ameaças de desemprego e de salário mais curto, o preço do ajuste, o juro mais alto e tanta coisa mais pediram comportamento mais retrancado do consumidor.

Ele já não saca seu cartão de crédito com a facilidade de antes, reduziu suas idas a restaurantes e a esticada à praia nos fins de semana.

Pode-se ponderar que o relatório do IBGE ficou para trás porque termina em março e já estamos em meados de maio. Só que desta vez não dá para insistir em que é preciso olhar pelo vidro do para-brisas e não pelo retrovisor, porque as estatísticas mais recentes são ainda mais negativas, especialmente nas faixas de bens de consumo duráveis (veículos e aparelhos domésticos).

Em abril, as vendas de veículos despencaram 6,6% em relação a março e os comerciantes se queixaram de que o movimento do Dia das Mães foi o mais fraco em anos.

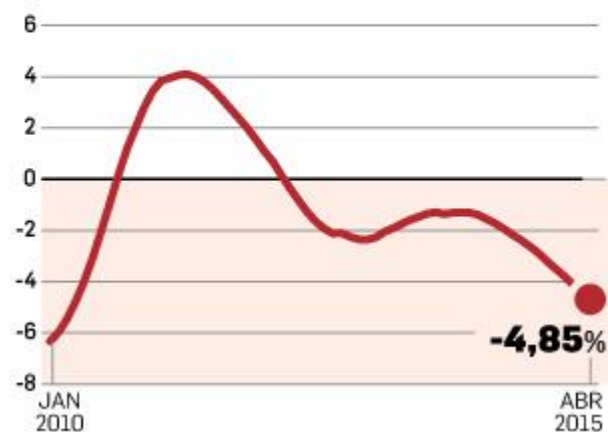
Não é apenas o semestre que está comprometido. Todo o ano de 2015 tende a ser de quebra da atividade econômica - e não só do comércio.

A título de contraponto ao quadro ruim, resta o consolo de esperar por certa recuperação da economia provavelmente antes do fim do ano, dentro do princípio de sabedoria popular de que no fundo do poço sempre tem alguma mola.

CONFIRA:

● Variação do emprego industrial no Estado de São Paulo

ACUMULADA EM 12 MESES



FONTE: FIESP

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Aí está a evolução do emprego no Estado de São Paulo até abril.

Começo de safra

Outro indicador do estado geral da economia é o nível do emprego no Estado de São Paulo. As estatísticas da Fiesp mostram um aumento de 5 mil empregos em abril. Mas este é um número ilusório porque se concentra nos setores do açúcar e do álcool, cujas safras estão começando (vai até dezembro).

As contratações pelas usinas chegaram a pouco mais de 16 mil funcionários. O problema é que o resto da indústria de transformação demitiu 11 mil e tende a demitir ainda mais.

IGP-10 desacelera alta a 0,52% em maio por alívio no atacado e varejo

15/05/2015 - Fonte: Reuters

O Índice Geral de Preços-10 (IGP-10) registrou alta de 0,52 por cento em maio após mostrar avanço de 1,27 por cento no mês anterior com forte desaceleração da inflação tanto no atacado quanto no varejo.

De acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice de Preços ao Produtor Amplo-10 (IPA-10), que mede a variação dos preços no atacado e responde por 60 por cento do índice geral, desacelerou a alta a 0,53 por cento, ante 1,45 por cento em abril.

No IPA, os preços dos produtos agropecuários recuaram 1,29 por cento no mês, contra alta de 2,10 por cento em abril. Entre as maiores influências negativas, a soja teve queda de 4,23 por cento em maio, após subir 7,40 por cento no mês anterior.

O Índice de Preços ao Consumidor-10 (IPC-10), que responde por 30 por cento do índice geral, subiu 0,57 por cento em maio, depois de avançar 1,01 por cento em abril.

Entre os destaques, os custos do grupo Habitação subiram 0,56 por cento neste mês, contra alta de 2,51 por cento em abril. Destacou-se o item tarifa de eletricidade residencial, cuja alta passou de 13,83 por cento para 0,95 por cento.

Por sua vez, o Índice Nacional de Custo da Construção-10 (INCC-10) avançou 0,37 por cento, ante 0,69 por cento no mês anterior.

O IGP-10 calcula a variação dos preços entre os dias 11 do mês anterior e 10 do mês de referência.

Desembolsos do BNDES recuam 24% e consultas ao banco caem quase pela metade no 1º tri

15/05/2015 - Fonte: Reuters

Os desembolsos e as consultas por novos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tiveram queda expressiva no primeiro trimestre, ressaltando a fraqueza da economia brasileira e o baixo apetite de empresários por investimentos.

O banco de fomento divulgou nesta quinta-feira que os desembolsos de janeiro a março recuaram 24 por cento na comparação com um ano antes, para 33,3 bilhões de reais.

Já as consultas ao BNDES nos três meses até março desabaram 47 por cento, para 25 bilhões de reais. As consultas são um termômetro importante da disposição de empresários para realizar investimentos e um indicativo da atividade da economia brasileira. A consulta é o primeiro passo dado por uma companhia para obter empréstimo do BNDES.

Em março, fontes próximas ao banco anteciparam à Reuters que números preliminares apontavam para queda expressiva das consultas ao BNDES no primeiro trimestre. Os números apresentados nesta quinta, porém, vieram bem piores do que a queda da ordem de 30 por cento nesse indicador estimada por uma das fontes naquela ocasião.

Em comunicado à imprensa nesta quinta, o BNDES disse que os resultados do primeiro trimestre "refletem, em parte, os ajustes da nova política operacional" da instituição.

"Outro fator foi a revisão das condições do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI)... Embora permaneçam bastante competitivas, o aumento das taxas e a diminuição do nível máximo de participação do BNDES nos financiamentos afetou o desempenho do programa, conforme esperado", acrescentou o banco.

As aprovações de financiamentos pelo BNDES entre janeiro e março também apresentaram queda significativa, de 46 por cento, para 21 bilhões de reais, na comparação anual.

Apesar dos números, o banco afirmou que "o resultado do primeiro trimestre de 2015 ficou dentro das expectativas do BNDES.

A instituição destacou que as micro, pequenas e médias empresas, que mantiveram melhores condições de financiamento na nova política operacional do banco, responderam por 31 por cento, ou 10,2 bilhões de reais, do total dos desembolsos nos três primeiros meses de 2015.

Em termos setoriais, a área de infraestrutura recebeu empréstimos de 11,7 bilhões de reais do BNDES no ano até março, seguida pela indústria (10,4 bilhões de reais), comércio e serviços (7,6 bilhões de reais) e agropecuária (3,5 bilhões de reais).

Produção chinesa de minério de ferro deve cair

15/05/2015 - Fonte: Exame

A produção de minério de ferro da China caiu 15,9 por cento em abril, ante o ano anterior, para 104,1 milhões de toneladas, informou o escritório nacional de estatísticas nesta quinta-feira, após várias pequenas mineradoras serem forçadas a fechar, devido ao colapso nos preços do minério.

A produção nos quatro primeiros meses atingiu 384,17 milhões de toneladas, uma queda de 11,8 por cento, apontaram os dados do escritório nacional de estatísticas.

Muitas das pequenas mineradoras têm custos que chegam a 100 dólares por tonelada e não poderiam sobreviver em um cenário de queda no consumo de aço na China e de expansão contínua das maiores produtoras de minério de ferro na Austrália e no Brasil, que contribuíram para derrubar os preços a 46,70 dólares em abril, o menor patamar em uma década.

Cerca de 90 milhões de toneladas de produção de minério de ferro de alto custo precisaram deixar o mercado em 2014 até o primeiro trimestre de 2015, segundo estimativa de Alan Chirgwin, vice-presidente da BHP para a comercialização.

Chirgwin disse que o fornecimento de minério pode subir entre 100 milhões e 110 milhões de toneladas neste ano, enquanto a demanda deve crescer apenas entre 30 milhões e 40 milhões.

O preço do ferro se recuperou em um terço da mínima registrada em abril e foi negociado em torno 62 dólares por tonelada nesta semana.

Usiminas aprova captação de até R\$ 475 milhões com Bradesco

15/05/2015 - Fonte: Exame



O Conselho da Usiminas aprovou em reunião realizada nesta quinta-feira captação de até 475 milhões de reais com o Bradesco, segundo ata divulgada ao mercado.

Procurada, a companhia informou apenas que a captação tem como objetivo refinanciamento de dívida e que "a operação está em linha com as condições atuais do mercado".

A empresa não deu detalhes sobre a dívida que será refinanciada com a captação.

Trafigura quer ativos em minério de ferro no Brasil

15/05/2015 - Fonte: Portos e Navios

A Trafigura, uma das maiores empresas do mundo no comércio de matérias-primas e logística, tem interesse em adquirir ativos na cadeia de suprimento do minério de ferro no Brasil, mas agora sem pressa, conforme o Valor apurou.

A "trading" é o segundo maior negociante global de metais e o terceiro de petróleo. Sua receita foi de US\$ 127,6 bilhões em 2014 e só fica atrás de Glencore e Vitol entre as maiores independentes da área.

No segmento de minério de ferro, o grupo tem como parceiros os maiores produtores de países exportadores estratégicos como Brasil e Austrália. Em 2014, comercializou 4,8 milhões de toneladas da commodity, 500 mil a mais do que em 2013.

A empresa, que tem linhas de financiamento disponíveis de US\$ 46,2 bilhões, quer ter presença mais importante no Brasil em minério de ferro. Isso pode ir desde a mina a armazéns, transporte e comércio.

Mas o ritmo que adota agora é mais gradual do que o previsto há seis meses, por pelo menos duas razões. Primeiro, o porto Sudeste, investimento de US\$ 2 bilhões que fez em joint venture com o fundo Mubadala, de Abu Dhabi, ainda precisa da última licença para operar.

O porto fica próximo a uma base da Marinha, na Baía de Sepetiba (RJ) e a autorização das autoridades navais está demorando mais do que previsto. [O terminal, que ia operar com pequenas cargas em 2012 ou 2013, com os novos donos previa fim de 2014, depois início deste ano].

A gigante das matérias-primas mantém o plano de começar a operar o terminal neste ano, mas sem fixar data. O projeto prevê capacidade inicial de 50 milhões de toneladas anuais de minério de ferro, podendo expandir para 100 milhões de toneladas.

Na prática, porém, quando o porto Sudeste começar a ser operacional, a rapidez do crescimento do volume tratado dependerá do mercado, que continua "desafiador" no curto prazo.

De um lado, o preço da commodity permanece baixo, por causa de excesso de produção particularmente na Austrália, e menor demanda da China. De outro lado, a empresa vê também diminuição da oferta de produtores de Minas Gerais, que tomam mais tempo para fazer novos investimentos.

A Trafigura nesse cenário tampouco pretende se apressar sobre acordo envolvendo ativos, apesar de frequentes rumores no mercado sobre negociações com MMX e Minerinvest Mineração, por exemplo. Fontes próximas da empresa apontam uma clara diferenciação na estratégia em comparação com outras "tradings" gigantes.

A Glencore tem sido um comprador agressivo, tendo adquirido a gigante Xstrata por US\$ 29,5 bilhões em 2013. Já a Trafigura tem feito investimentos em mineradoras e procura expandir investimentos em mineração e metais fisicamente, para assegurar o fornecimento de longo prazo de minério de ferro, cobre, zinco, chumbo e carvão – mas sem dimensão extraordinária.

Portanto, o foco é principalmente nos ativos de infraestrutura e logística, como terminais e dutos, mais do que em grandes campos de petróleo, refinarias ou minas. Seus ativos totais alcançam US\$ 39,6 bilhões.

Com relação ao Brasil, o interesse maior é ilustrado inclusive pela publicação em português de brochura sobre seus negócios. Um brasileiro, Mariano Marcondes Ferraz, é um dos sete membros do conselho de administração.

ABIMAQ apresenta propostas para política industrial ao MDIC

15/05/2015 - Fonte: Portos e Navios

Com a finalidade de apresentar propostas para política industrial de bens de capital, a Abimaq se reuniu com o secretário de Desenvolvimento da Produção (SDP) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Carlos Gadelha, no último mês de abril, em Brasília.

Segundo o diretor de Tecnologia da associação, João Alfredo Delgado, a entidade levou ao ministro um conjunto de 40 propostas para comércio exterior, inovação e competitividade, com ênfase no Programa MODERMAQ, que objetiva reduzir a idade média do parque de máquinas brasileiro.

"Além disso, apresentamos também a proposta da Abimaq de aperfeiçoamento do mecanismo de Ex-Tarifário que seria concedido para máquinas e equipamentos sem produção nacional em projetos de modernização por empresa.

Levamos também reivindicações de eliminação dos diversos Regimes Especiais e de regulamentação da exigência de conteúdo local em toda a compra com recursos públicos, entre outros temas relevantes para a indústria nacional", destacou Delgado. Medidas de curto prazo.

De acordo com o diretor de Tecnologia, Gadelha salientou que o governo pretende elaborar uma nova proposta de política industrial, em curto prazo, com foco na modernização do parque industrial e na melhoria da produtividade.

Mineradoras instaladas em Minas intensificam demissões

15/05/2015 - Fonte: Portos e Navios

Em meio à queda expressiva nos preços internacionais do minério de ferro, as mineradoras instaladas no Estado intensificam as demissões. Com as margens apertadas, as empresas estão reduzindo o quadro de funcionários. Desde o ano passado, são registradas milhares de dispensas em função do momento ruim enfrentado pelo setor.

O diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes, que representa trabalhadores de Congonhas, Mariana, Ouro Preto e Belo Vale, Ivan Targino Ponciano Filho, estima que as dispensas tenham atingido 1.500 trabalhadores, entre empregados diretos e terceirizados.

A região concentra complexos minerários importantes, como a mina Casa de Pedra e a Nacional Minério S/A (Namisa), ambas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), algumas operações da Vale S/A e a Samarco Mineração, entre outras.

Segundo ele, levando-se em consideração somente os funcionários diretos, foram homologadas pela entidade 354 dispensas neste ano.

"Em anos anteriores, a média era de 120 demissões neste período, ou seja, quase triplicou", afirma. Em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), também foram registradas dispensas por conta da queda nos preços do minério de ferro.

Em março, a Ferrous Resources do Brasil paralisou parcialmente a mina Esperança, além do complexo Santanense, instalada no município de Itatiaiuçu, na mesma região. Na ocasião foram dispensados 179 trabalhadores.

De acordo com o presidente do Sindicato Metabase de Brumadinho, Agostinho José de Sales, atualmente, somente a Vale vem realizando algumas demissões na região. Foram cerca de 40 dispensas feitas pela empresa neste ano.

Porém, o recente anúncio da mineradora que poderá paralisar alguns complexos de alto custo preocupa os trabalhadores da região. Conforme Sales, a mina da Jangada, instalada na cidade, pode se encaixar neste perfil.

Uma das situações mais preocupantes no Estado é registrada em Itabira (região Central). De acordo com o Sindicato Metabase do município, foram homologadas 211 dispensas feitas pela Vale neste ano.

Além disso, outras 87 demissões foram realizadas no final de 2014. De acordo com o diretor da entidade, Marcos dos Santos Oliveira, este número é cinco vezes maior do que a média normal.

Segundo ele, a empresa está demitindo aos poucos para não caracterizar demissão em massa.

Santos ressalta que se for levado em consideração o número de trabalhadores terceirizados, as dispensas em Itabira atingiram mais de 3 mil pessoas.

Ele lembra que as demissões afetam diretamente a economia da cidade, que tem na mineração uma de suas principais atividades.

Com isso, o sindicato e algumas entidades do município realizarão hoje uma passeata para chamar a atenção para o problema. O movimento é denominado "Reage Itabira".

Rotatividade –

Em nota, a Vale informa que mantém uma taxa de rotatividade bem abaixo da média da indústria brasileira de mineração e siderurgia, que é de 15%. A empresa reforça que, para se adaptar ao atual cenário da mineração, tem focado suas atenções no rigor na alocação de recursos, na otimização e simplificação de processos e no desenvolvimento de ativos de classe mundial, em busca de mais produtividade.

Porém, a companhia explica que está concluindo a implantação dos projetos Conceição Itabiritos II e Cauê Itabiritos, ambos em Itabira, orçados em US\$ 2,6 bilhões, cujas obras estão dentro do cronograma estabelecido.

"A redução do ritmo das obras, já em fase final, está ocasionando a desmobilização de equipes das empreiteiras contratadas, processo natural, previsto desde a contratação dessas empresas, que está resultando em desligamentos de terceirizados na região", informa.

Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, apontam que foram eliminados 1.644 postos de trabalho pela indústria extrativa em Minas no acumulado do primeiro trimestre. Foram registradas 4.696 demissões, contra 3.052 admissões no período.

Economistas divergem sobre as soluções para a economia

15/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

O que você faria no lugar do ministro da Fazenda, Joaquim Levy? A pergunta foi respondida de maneira bem diferente por Samuel Pessôa, pesquisador do Ibre/FGV, da Fundação Getúlio Vargas, e Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp e da Facamp, em evento organizado pela Folha de São Paulo. O pessimismo, porém, foi geral.

Para Pessôa, não há reparos a fazer nas medidas tomadas até aqui por Levy - por quem reforçou ter "profunda admiração", mas a situação é dramática e de "descalabro fiscal" e para isso não há solução fácil.

A implementação do pacote se tornou muito difícil porque a política econômica do governo se fundou em uma "grande mentira". "A mudança na política econômica com a saída do Mantega e a entrada de Levy é estelionato eleitoral de A Z", disse Pessôa.

Belluzzo vê um desequilíbrio fiscal que deve ser levado em conta e tratado, mas não descalabro. À frente da política econômica, Belluzzo manteria a política de subsídios do BNDES diante da inviabilidade de financiar a segunda rodada de concessões em um cenário de juros em alta.

"Não vai funcionar", disse. Para ele, mantendo-se a política de subsídios, o investimento acontece e o efeito líquido do ponto de vista fiscal é positivo porque a economia cresce.

Apontado como a grande preocupação de Belluzzo, a retração da indústria da transformação não foi obra de apenas um governo, disse, mas da perda de capacidade de fazer política de longo prazo e do câmbio valorizado por mais de 20 anos.

O grande erro do governo Dilma, emendou, foi não ter levado adiante o programa de concessões, ao tentar controlar a taxa interna de retorno. "Como é que você vai ser presidente da República se não conversa com seus parceiros sociais?".

Belluzzo disse não ter direito de ficar bravo com a presidente, eleita com voto popular, pois seria "arrogância". Mas depois de ter cometido esse erro [nas concessões], o governo

fez uma campanha eleitoral que não tem nada a ver com o que está fazendo agora e isso introduz um descrédito no processo democrático que é muito ruim", disse, em momento de rara concordância com Pessôa.

Para o pesquisador do Ibre, além das medidas já tomadas por Levy, a retomada do dinamismo econômico viria com a elevação da carga tributária em 2 ou 2,5 pontos percentuais do PIB apenas para "tapar o buraco" criado nos últimos três anos.

Seria preciso também desfazer excessos da chamada nova matriz econômica, como a participação mínima de 30% da Petrobras no pré-sal e a política de conteúdo nacional, retomando o caminho da liberalização da economia do período cunhado por Pessôa de "Malocci" - os oito anos do período Malan e três de Palocci.

Por fim, seria necessário refazer o "contrato social", de modo que a taxa de crescimento do gasto público ao menos se igualasse à taxa de crescimento da arrecadação. Sem essas medidas, disse Pessôa, o Brasil deve, em dois ou três anos, perder o grau de investimento, passar por mais um episódio de forte desvalorização cambial e por um novo surto inflacionário, com a inflação na casa dos 12% ou 13%.

"É uma lista de maldades muito grande e não sei se a Dilma vai ter combustível político para negociar tudo que precisa. Eu acho que não", disse. "O custo ficou muito alto para arrumar. Não dá mais".

Mesmo sem falar em descalabro, Belluzzo dá como certo o apuro em entregar o superávit primário prometido, pois a trajetória econômica é recessiva, com grande elasticidade da receita tributária em relação ao PIB, além de juros altos.

Para ele, o déficit nominal vai a 8%, a dívida pública bruta a 70% do PIB e a inflação, após passar dos 8% neste ano, deve cair, mas à custa dos "de sempre", com "tremendo desemprego e queda da renda", lamentou. "É uma trajetória grega".

Crise tira R\$ 100 milhões de Betim

15/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A retração na indústria automotiva chegou a Betim (RMBH), principal polo da cadeia produtiva do setor no Estado e sede da planta da Fiat Automóveis. A arrecadação do município já caiu 20% nos primeiros quatro meses deste ano em comparação com a do mesmo período de 2014, e a projeção é que ao final deste exercício entre R\$ 90 milhões e R\$ 100 milhões deixarão de entrar nos cofres betinenses por causa da crise da indústria e, particularmente, do segmento automobilístico.

E, mesmo cortando gastos e com foco em atrair empresas para diversificar o seu parque, a prefeitura esbarra no receio do investidor frente ao momento atual de desaceleração da economia nacional.

"Betim é o principal polo industrial de Minas e com a recessão a perda foi muito grande em todos os sentidos. Temos que buscar caminhos para melhorar as condições de qualidade de vida, gerar mais emprego e trazer mais desenvolvimento para o município. Acho que esse caminho é a parceria com a iniciativa privada", afirmou o prefeito Carlaile Pedrosa.

Por isso, ontem, em evento realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de Minas gerais (Fiemg), na Capital, a Prefeitura de Betim lançou o "Plano Municipal de Parcerias Público-Privadas (PPPs) 2015 - 2016".

Na ocasião, foram apresentados três projetos nas áreas de iluminação pública, limpeza urbana e a criação e operação de um parque de exposições. Por meio dessas parcerias, o município espera gerar cerca de R\$ 200 milhões em investimentos ao longo dos próximos cinco anos.

Inédita - A iniciativa é inédita no município. O programa foi aprovado em outubro de 2013 pelo Legislativo do município. O projeto também conta com o apoio da Fiemg, por meio do Projeto Forte, que tem o intuito de aproximar as empresas investidoras e fornecedoras de produtos e serviços.

"O momento de exponenciar isso para outros municípios. A parceria com a iniciativa privada significa dar mais eficiência aos serviços públicos", resumiu o vice-presidente da Fiemg Teodomiro Diniz Camargos.

Porém, esta é uma solução de longo prazo, que não resolve os problemas atuais relacionados à arrecadação municipal, gerados pela retração do setor automotivo, basicamente pela Fiat. De acordo com o secretário de Finanças, Planejamento e Gestão de Betim, Gustavo Horta, "a retração do setor automotivo chegou aos cofres da cidade".

Do que cabe ao município, o Executivo local projetava arrecadar R\$ 770 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), mas o secretário estima queda de R\$ 90 milhões a R\$ 100 milhões nesse volume.

Horta revelou que praticamente 60% da receita corrente líquida do município está vinculada aos repasses do ICMS. "Dentro desse cenário, que se desenhou a partir, principalmente, do término do período eleitoral no ano passado, o setor industrial como um todo tem sentido os reflexos (da crise) e não só as montadoras. Mas Betim, que possui a parte principal do parque da Fiat e todos os seus fornecedores, sofre mais", disse.

Segundo ele, a Fiat saiu de uma produção de 300 mil veículos por mês em outubro de 2014 para cerca de 200 mil automóveis em fevereiro deste ano, além de, desde o final do ano passado, estar trabalhando com um turno a menos e intensificar uma série de medidas como paradas técnicas e férias coletivas. "Isso significa redução drástica na cadeia como um todo e que tem, claro, refletido na arrecadação do município", lamentou.

Queda - No primeiro quadrimestre, a arrecadação de Betim sofreu queda de 13% comparada ao mesmo período do ano passado, mas com uma inflação acumulada da ordem de 8% no período, a retração chega a 20%. "um cenário extremamente preocupante.

A prefeitura tem adotado medidas necessárias para encaixar a máquina municipal dentro da sua capacidade de arrecadação. A própria Lei de Responsabilidade Fiscal coloca esse encargo sob o gestor", ressaltou.

"Betim é vulnerável a qualquer variação dentro do setor industrial. Isso é positivo quando o cenário econômico é bom, mas é negativo quando o momento é ruim e o mercado não tem confiança para investir.

No curto prazo, não há o que fazer para recompor receita, o que podemos é reduzir as despesas da prefeitura. No médio e longo prazo, adotamos políticas de atração de investimentos e de criação de um ambiente favorável a novos negócios, não só pautados pelo setor automobilístico", revelou.

No entanto, conforme o secretário, essas medidas requerem tempo. "E mais do que isso, em um cenário onde o empresário fica receoso de investir, existe a dificuldade de atrair novos investimentos", pontuou.

"O trabalho da prefeitura tem sido pautado em reduzir os gastos e concentrar esforços no aumento da arrecadação própria, com o ISSQN, IPTU e ITBI, para recompor parte da receita, porque 100% do que tem sido perdido não é possível" observou.

Vantagens são áreas industriais disponíveis

Para não ficar refém da indústria automotiva, a Prefeitura de Betim tem tentado diversificar seu parque produtivo aproveitando de algumas vantagens. A principal delas é disponibilidade de áreas para uso industrial ou empresarial, uma raridade hoje em grandes centros urbanos já industrializados.

Além disso, a cidade é atendida pelas BR-262 e pela BR-381, importantes vias de escoamento de produção da região. O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Fabrício Freire, destacou que a cidade dispõe de 30 milhões de metros quadrados de área para uso industrial disponíveis para instalação de novas empresas, o que é um grande diferencial, segundo ele.

"O problema maior quando se fala em expansão de um empreendimento ou novos investimentos é área disponível. E hoje temos essas áreas através de empreendedores privados, que é melhor caminho atualmente. Acabou aquele modelo de distrito industrial público. A prioridade do município tem que ser saúde, educação e mobilidade", explicou Freire.

Em resumo, os empreendedores constroem condomínios logísticos e locam espaços e galpões para uso industrial ou empresarial de terceiros. De acordo com Freire, esse tipo de empreendimento evita que o investidor aporte grandes quantias em capital imobilizado, preservando os recursos para capital de giro. A prefeitura, por sua vez, ajuda na captação de clientes e investidores.

Log - A Log Commercial Properties, braço da área logística da construtora belo-horizontina MRV Engenharia e Participações S/A, já tem três empreendimentos deste tipo no município. Um deles é o Log Betim, às margens da Via Expressa, com 51 mil metros quadrados de área bruta locável (ABL), que já está praticamente 100% ocupado.

Outro é o Parque Torino, do qual a Log é um dos sócios. O condomínio logístico fica ao lado da Refinaria Gabriel Passos (Regap) e terá 152 mil metros quadrados de ABL. A Log tem ainda o Parque Industrial de Betim (PIB), uma espécie de distrito industrial e condomínio logístico no mesmo complexo.

Inflação medida pela FGV registra 0,52% em maio

15/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

O IGP-10 mede a evolução de preços de 11 do mês anterior (abril) a 10 do mês de referência (maio) Tânia Rêgo/Arquivo/Agência Brasil. O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10) aumentou 0,52%, em maio, inferior à taxa de abril, que foi 1,27%, informou o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), unidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O IGP-10, que registra a inflação de preços de matérias-primas agrícolas e industriais, bens e serviços finais, mede a evolução de preços do dia 11 do mês anterior (abril) ao dia 10 do mês de referência (maio).

Compreendendo toda a população, sem restrição de nível de renda, o IGP-10 serve de base para os reajustes de tarifas públicas, de parte dos contratos de aluguel e de seguros de saúde (contratos mais antigos).

Em maio de 2014, a variação foi 0,13%. Em 12 meses, o IGP-10 registrou alta de 3,86%. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), uma das bases de cálculo do IGP-10, variou 0,53%, em maio. Em abril, a variação foi 1,45%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), outra base de cálculo do IGP-10, registrou variação de 0,57%, em maio. Em abril, a taxa foi 1,01%.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), outra base do IGP-10, atingiu, em maio, taxa de 0,37%. Em abril, a taxa foi 0,69%.

Indústrias paranaenses são vencedoras no Prêmio Nacional de Inovação

15/05/2015 - Fonte: Agência FIEP

Finalistas entre 28 indústrias, as paranaenses Hi Technologies e Profilática Produtos Odonto Médico Hospitalares foram as empresas vencedoras do Prêmio Nacional de Inovação 2015, respectivamente nas categorias pequena e média empresa.

O evento de premiação foi realizado em São Paulo nesta quarta-feira (13), durante o 6.º Congresso Brasileiro de Inovação, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Destinada a pequenas, médias e grandes, a premiação tem o objetivo de reconhecer as empresas brasileiras que contribuíram para o aumento da competitividade do país, usando sistemas e técnicas voltados para o aprimoramento da gestão da inovação, assim como a implementação de projetos inovadores.

No total, foram recebidas 2.219 inscrições, de todo o país, sendo 673 da Região Sudeste, 615 do Nordeste, 376 do Sul, 298 do Norte e 257 da Região Centro Oeste. Durante quatro meses as empresas participaram de um processo de avaliação bastante rigoroso, que resultou na escolha de 28 finalistas.

Destes, 10 foram premiados. Entre as 28 finalistas estavam três paranaenses: Hi Technologies, Profilática Produtos Odonto Médico Hospitalares e Biodiversité do Brasil.

As empresas vencedoras dividirão R\$ 900 mil pré-aprovados no Edital Senai Sesi de Inovação, além da participação em uma missão técnica internacional e um curso de Educação Executiva em uma Escola de Negócios reconhecida internacionalmente.

As empresas

As empresas paranaenses Hi Technologies e Profilática Produtos Odonto Médico Hospitalares foram premiadas na divisão Inovação Tecnológica.

A Hi Technologies nasceu em 2004. Incubada no TECPAR, foi criada por profissionais que se conheceram no curso de Engenharia de Computação e no Mestrado em Informática Aplicada, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Seu foco de trabalho é reinventar a tecnologia médica, baseada na humanização, o que permitirá que profissionais da área da Saúde se conectem com seus pacientes por meio da Telemedicina. De acordo com seus diretores, a Hi Technologies pretende ser uma referência mundial em soluções de Telemedicina.

Apoiada pelo edital PAPPE Subvenção, promovido pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), pelo Sebrae-PR e Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), a empresa concluiu o desenvolvimento do Milli, um produto que permite ao médico acompanhar a saúde do paciente a distância.

Criada em 1998 para atender instituições de saúde em suas demandas por produtos para o controle de infecções, a Profilática é referência em soluções inovadoras para controle de infecções e biossegurança em instituições de saúde como hospitais, clínicas médicas e odontológicas, e universidades.

Atua na pesquisa, desenvolvimento e na distribuição de produtos químicos e equipamentos hospitalares para limpeza, desinfecção, esterilização e antissepsia. A empresa também se posiciona como um vetor de conscientização dos profissionais de saúde.

Também concorreu ao prêmio a Biodiversité do Brasil, sediada em Londrina e criada em 2009 pelos irmãos Joyce e Renan Quenca. A empresa alia a tecnologia francesa à biodiversidade brasileira, inovando com bioativos cosméticos e nanotecnologia verde.

Apoiada em duas edições do Edital Senai Sesi de Inovação a empresa desenvolveu um cosmético que estimula as células a produzirem o que cada região da pele precisa individualmente e pigmentos inteligentes para tecidos, como agentes de pigmentação, fotoproteção e hidratação. Os ótimos resultados técnicos do produto consolidam a parceria Senai e Biodiversité para a inovação.

Levy alerta para alta de impostos com mudanças em regras da aposentadoria

15/05/2015 - Fonte: Bem Paraná

O ministro da fazenda, Joaquim Levy, disse nesta quinta-feira (19), em São Paulo, que os parlamentares devem tomar cuidado ao votar alterações no fator previdenciário para que não haja a necessidade de alta nos impostos com a medida.

"Tem muita gente que diz que a retirada do fator previdenciário vai aumentar despesa, portanto aumentar impostos. As pessoas têm que ter muito cuidado ao votarem para não criar uma necessidade de mais impostos", afirmou Levy.

O fator previdenciário foi criado no governo do tucano Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de retardar as aposentadorias. Ele é calculado de acordo com a idade do trabalhador, tempo e alíquota de contribuição e expectativa de sobrevivência, e diminui o valor da aposentadoria de quem se aposenta mais cedo.

A emenda aprovada no plenário da Câmara nesta quarta, de autoria do PTB, propõe uma exceção a essa regra, com a adoção da fórmula 85/95 -soma, para mulheres e homens, da idade mais o tempo de contribuição.

Caso o trabalhador decida se aposentar antes de atingir essa marca, a emenda determina que a aposentadoria continue sendo reduzida pelo fator previdenciário. Pelos cálculos do governo, se os trabalhadores passarem a não optar pelo fator na hora de se aposentar a partir deste ano, os gastos da Previdência com aposentadoria vão aumentar em R\$ 40 bilhões em dez anos; e R\$ 300 bilhões nos próximos 20.

DAR UM PANORAMA DA EMENDA O ministro reiterou que a discussão sobre as formas de acesso à aposentadoria deve ser aprofundada. As afirmações de Joaquim Levy ocorreram durante uma palestra na Global Summit of Women, evento no qual o ministro apresentou detalhes do mercado brasileiro a líderes empresariais de 63 países.

O evento é mais um esforço de Levy em apresentar o Brasil como alternativa para investimentos.

Auxílio-Doença NÃO sofrerá Mudanças

15/05/2015 - Fonte: Portal Contábil

Na noite de quarta-feira (13) o Sistema Fenacon (Sescap-Sescon) alcançou uma importante conquista em prol das empresas brasileiras: a manutenção do pagamento do auxílio-doença de 15 dias por parte das empresas.

Nos últimos dias, a Fenacon fez um grande esforço para sensibilizar parlamentares quanto a necessidade de não mudar a proposta. De acordo com a MP, a responsabilidade de pagamento do salário do empregado segurado quando for afastado de suas atividades por motivo de doença ou acidente de trabalho passaria de 15 para 30 dias consecutivos por parte do empregador.

Semana passada, o diretor político parlamentar da Fenacon, Valdir Pietrobon, esteve reunido com o presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, deputado Jorginho Mello (PR/SC).

No encontro Pietrobon entregou ao deputado ofício solicitando que as micro e pequenas empresas continuem responsáveis pelo pagamento do auxílio-doença conforme regime atual e não como sugere a Medida Provisória 664. Além disso, Pietrobon destacou o empenho do deputado Laercio Oliveira em atender a solicitação da Fenacon.

"Alcançamos mais uma vitória. Essa medida iria onerar significativamente as empresas em geral e principalmente microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que essas jamais conseguiriam absorver mais esse custo.

Ainda bem que os deputados ficaram sensibilizados e mantiveram a legislação atual, inclusive para todas as empresas. Só temos a agradecer o empenho deles em não onerar ainda mais as empresas brasileiras", disse Pietrobon.

"Queremos agradecer aos parlamentares que votaram a favor do destaque apresentado e o agradecimento em especial ao deputado Laercio Oliveira (SDD-SE) que desde o início apoiou incondicionalmente a este tão importante pleito", finalizou.

Indústria pede manutenção da desoneração a setores com saldo positivo

15/05/2015 - Fonte: Portal Contábil

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) vai apresentar ao governo um estudo que mostra que, para este segmento industrial, a renúncia fiscal com a desoneração da folha de pagamentos foi de R\$ 485 milhões em 2014, enquanto a arrecadação adicional com a elevação da Cofins no mesmo período foi de R\$ 619 milhões.

Com base nesse levantamento, que sustenta que o benefício resultou em saldo positivo para o governo de mais de R\$ 100 milhões, a Abinee vai tentar fazer com que o governo volte atrás no aumento da tributação para setores que deram retorno positivo aos cofres públicos.

A associação apresentará o estudo à Confederação Nacional da Indústria (CNI) na quinta-feira, 14, durante reunião em SP com os outros setores atingidos pelo Projeto de Lei (PL) que reduz o benefício.

E espera conseguir o apoio do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, para reverter a decisão do governo de reduzir a desoneração da folha de pagamentos.

O presidente da Abinee, Humberto Barbato, disse ao Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, que o objetivo do encontro amanhã é fazer um balanço sobre quais segmentos têm saldo positivo e apresentar ao governo uma proposta de retirar esses setores do PL.

"Queremos apresentar ao governo uma contraproposta na próxima semana. Eu tenho certeza de que o Levy (ministro da Fazenda, Joaquim Levy) consegue encontrar outros setores para integrar o projeto e realizar o ajuste", disse. Segundo Barbato, a desoneração ajuda a manter a competitividade da indústria, principalmente contra a concorrência chinesa.

"Num momento de crise como este, precisamos ganhar competitividade, o setor já pagou pela desoneração e o governo tem que considerar isso".

O governo calcula que 70.676 empresas devem deixar o modelo de desoneração da folha de pagamentos e voltar ao antigo sistema, segundo dados da Receita Federal. Esse grupo passará a pagar mais impostos com a alteração das alíquotas propostas pela equipe econômica comandada por Joaquim Levy.

As empresas que optarem em retornar para o antigo formato, voltarão a pagar contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos. O governo estimou uma economia de R\$ 12,8 bilhões por ano com redução do benefício.

Isso porque a renúncia fiscal com a medida cairia de R\$ 25,2 bilhões para R\$ 12,36 bilhões. O ministro Joaquim Levy considera a entrada desses valores para fechar as contas em 2015 e dos próximos anos.

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), disse hoje que as negociações entre o Ministério da Fazenda e os parlamentares para votação do projeto começarão na próxima semana.

"Só vamos conversar sobre esse assunto da desoneração da folha na próxima terça-feira", afirmou. O líder reforçou que ainda não foram feitas modificações no PL. "Hoje o projeto está intacto".

O projeto de lei da desoneração sofreu o primeiro embate ao ser enviado ao Congresso em forma de Medida Provisória e recusado pelo presidente da casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Após a devolução à Presidência, Dilma precisou reeditar o formato da medida e transformá-la em PL para iniciar a discussão no legislativo.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior disse que ainda não recebeu o estudo. O Ministério da Fazenda também não quis comentar por não ter conhecimento sobre o teor da proposta.

Suzuki encerra operações em Itumbiara (go) e transfere montagem do Jimny para Catalão

15/05/2015 - Fonte: O Globo

A Suzuki encerrará em junho as atividades em sua unidade de Itumbiara (GO), onde o jipinho Jimny recebia sua montagem final desde 2013. Essa etapa da produção será transferida para a fábrica de Catalão (GO), onde já eram manufaturadas as peças do modelo. Segundo a Suzuki, a medida foi tomada "em busca do máximo de eficiência

devido ao momento atual do mercado, no qual os custos têm crescido e o mercado automotivo segue retraído”.

Com capacidade para montar 7 mil carros por ano, a unidade de Itumbiara foi parte de um investimento de R\$ 150 milhões anunciado em 2011. Com seu fechamento, a Suzuki dispensará 60 dos 100 funcionários. Caso desejem, os 40 restantes poderão ser transferidos para a unidade de Catalão, a 207km de distância.

UM SUZUKI EM FÁBRICA DE MITSUBISHI

Na fábrica de Catalão, os modelos da Mitsubishi são produzidos pelo grupo Souza Ramos e pelo banco BTG Pactual, que também são os representantes da marca Suzuki no país. Daí a ligação.

Publicidade

A Suzuki afirma que não abandonará novamente o Brasil - algo que fez, sem qualquer aviso prévio, em março de 2003. Na época, as vendas estavam em baixa e dólar passava dos R\$ 3,60.

A marca voltou ao país em 2008, desta vez pelas mãos do empresário Eduardo Souza Ramos. Sem grandes alterações técnicas ou visuais desde seu lançamento, em 1998, o pequenino Jimny hoje custa a partir de R\$ 61.490.

Entre janeiro e abril deste ano foram vendidas 821 unidades do modelo, o que dá uma média de 205 Jimny por mês. Ao longo do ano passado, a média mensal foi de 201 jipes.

FMI diz que o Brasil está protegido de turbulências

15/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

O Brasil tem hoje maior resistência para enfrentar turbulências externas, mesmo depois de ampliar significativamente seu endividamento em dólar no ano passado, porque a maior parte dos débitos de curto prazo estão protegidos por operações de hedge.

Essa é uma vantagem indiscutível, que traz, porém, uma desvantagem, segundo o Fundo Monetário Internacional - o real não se desvalorizou quanto deveria pelos fundamentos da economia brasileira, pelo menos até dezembro de 2014.

A extensão a partir de junho de 2014 do programa de swaps cambiais, lançado pelo Banco Central em agosto de 2013, tem parte de responsabilidade nisso. Para o FMI, considerando-se as relações entre a inflação doméstica e a de seus parceiros, o real precisa ainda se depreciar de 5% a 15%.

Um dos motivos pelos quais o FMI é pelo desmonte gradual dos swaps cambiais, condicionado à situação dos mercados, é a de que ele já foi longe demais, isto é, mais que as intervenções do mesmo gênero realizadas no passado.

Com estoque de US\$ 110 bilhões, os swaps cobrem mais de 100% das dívidas de curto prazo em dólar, 60% da posição em dívida doméstica dos investidores estrangeiros e 35% da dívida externa das empresas não financeiras brasileiras. Ou ainda 20% de toda a dívida externa brasileira.

As empresas são as maiores interessadas nos derivativos cambiais, com US\$ 48 bilhões em swaps no fim de 2014, ou 44% do estoque remanescente. Os investidores estrangeiros têm posição de US\$ 34 bilhões.

O FMI avalia que o programa de swaps foi muito bem sucedido em seu objetivo de reduzir a extrema volatilidade causada por turbulências externas. O programa surgiu depois que os mercados de moedas sofreram oscilações violentas, após o então presidente do Fed americano, Ben Bernanke, em 22 de maio, ter sugerido que estava na hora de interromper o programa de afrouxamento monetário.

O anúncio do início da oferta de swaps cambiais reduziu a volatilidade do real em relação ao dólar em 13% a 15%, na comparação com outras moedas que flutuaram ao sabor da instabilidade que se sucedeu.

Os economistas do Fundo notam, porém, que a redução da volatilidade foi coadjuvada por outros instrumentos que tiveram o mesmo efeito, como o fim do IOF nas operações com derivativos e o aumento da taxa de juros.

De qualquer forma, a meta explícita do BC foi atingida. A prorrogação do programa a partir de junho do ano passado, porém, foi considerada desnecessária. A volatilidade cambial já era baixa e a continuidade das intervenções criou dúvidas nos mercados sobre as verdadeiras intenções do BC.

Os estudos do FMI que acompanham o documento da consulta formal anual do FMI e do governo brasileiro não mencionam o motivo da dúvida, mas uma boa hipótese é a de que a autoridade monetária poderia estar tentada, como no passado, a deter a inflação contendo a desvalorização cambial.

Esse foi um viés detectado pelo FMI nos resultados das operações com os swaps. As intervenções preanunciadas fortaleceram o real em relação a outras moedas logo em seguida. Em 22 de agosto, quando iniciou a oferta de swaps, a moeda brasileira apreciou 3,5% em 24 horas.

Na prorrogação do programa em 6 de dezembro de 2013, houve nova valorização de 1,4%, e de mais 1% em junho de 2014. Na linguagem do FMI, os swaps "podem ter retardado a convergência da taxa de câmbio" para o nível que deveria ter de acordo com os fundamentos da economia.

Até quanto o BC poderia se comprometer com a oferta de swaps sem entrar em uma zona de perigo? A resposta teórica é a de que as reservas internacionais são o "lastro" natural que olham os investidores para suas posições em swaps, mesmo que sejam liquidadas em reais, ou seja, quando é baixo o risco de convertibilidade.

Além disso, o Brasil é um credor líquido ainda, o que lhe dá margem de conforto. Pela mensuração do Fundo sobre o nível de reservas adequadas, estoques de swaps na casa dos US\$ 180 bilhões já colocariam as reservas brasileiras abaixo dessa classificação. O estoque consolidado de swaps em mercado está 37% abaixo dessa marca, em US\$ 112,78 bilhões.

Mudanças não abalam ajuste, avalia governo

15/05/2015 - Fonte: o Estado de S. Paulo

O ajuste fiscal do governo passou pelo teste mais complexo, segundo auxiliares da presidente Dilma Rousseff, que era a Câmara. Não foi intacto, mas o governo avalia que o resultado final foi melhor do que algumas projeções internas apontavam.

A ideia de economizar R\$ 18 bilhões em um ano com as medidas provisórias (MPs) que restringem o acesso a benefícios públicos durou pouco: ao final, as MPs com as alterações dos deputados devem levar esse valor a algo entre R\$ 14 bilhões e R\$14,5 bilhões, segundo estimativas da equipe econômica.

As duas MPs constituíam a “parte simbólica” do ajuste, como são chamadas pela equipe econômica. Isso porque seu efeito real sobre as contas públicas, no curto prazo, é muito inferior às demais medidas de ajuste tomadas pelo governo.

Por exemplo: em janeiro, o governo elevou impostos sobre o crédito ao consumidor, combustíveis e produtos importados, e esses aumentos representarão um salto de R\$ 20,6 bilhões na arrecadação só em 2015.

Outro exemplo: na semana que vem, o governo vai anunciar o corte de despesas orçamentárias, para melhorar as contas públicas, e esse contingenciamento deve atingir R\$ 65 bilhões.

Já as MPs, além do objetivo final de “fechar a torneira” em benefícios considerados muito pouco rígidos, tinham como meta sinalizar ao mercado financeiro que o compromisso do governo Dilma com o ajuste era tamanho que a presidente estava disposta a mexer em mecanismos de sua base de apoio social. Carências.

As principais alterações dos deputados ocorreram na MP 665, que altera regras do seguro-desemprego e do abono salarial. A medida provisória elevou de 6 para 18 meses o tempo mínimo de trabalho com carteira assinada exigido para que um profissional demitido tivesse acesso ao seguro-desemprego.

Os parlamentares reduziram essa carência para 12 meses. No abono salarial, o governo tinha apertado as regras, que antes permitiam o pagamento do valor (equivalente a um salário mínimo) a todo trabalhador com vencimentos de até dois salários mínimos que tivesse ao menos 30 dias de carteira assinada em um ano.

Pela MP, o governo aumentou a exigência para 6 meses ininterruptos. Os parlamentares reduziram pela metade (3 meses) essa carência. Os parlamentares também diminuíram de três anos, como instituiu a MP, para apenas um a exigência de registro de pescador para a concessão do chamado “seguro-defeso”.

Também houve mudanças na MP664 que reduziram seu impacto em R\$2,5 bilhões, em comparação ao esperado inicialmente. Na MP 665, o impacto foi um pouco menor, entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão, segundo cálculos preliminares da equipe econômica.

Na MP 665, aprovada na quarta-feira pela Câmara, o governo aumentou o rigor para a concessão das pensões por morte no País, de forma a atacar os casamentos oportunistas e reduzir os gastos bilionários com o benefício.

O governo instituiu um tempo mínimo de 2 anos de contribuição ao INSS para que uma pensão por morte possa ser gerada ao cônjuge sobrevivente. Até a MP, bastava uma única contribuição para obter pensão vitalícia. Os parlamentares reduziram a exigência a 1 ano e meio.

O governo também diminuiu o valor da pensão, que deixou de ser integral e passou a ser equivalente a 60% da aposentadoria, com acréscimos de 10% por dependente. Os deputados extinguiram isso, voltando o benefício integral.

A SITUAÇÃO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

	Como era antes do ajuste	MPs editadas pelo governo	Alterações no Congresso	
MP 665	Seguro-desemprego	Recebem os funcionários que trabalharam durante período de 6 meses e perderam o emprego.	Carência para receber é de 18 meses (1º pedido), 12 meses (2º) e 6 meses (a partir do 3º).	Carência de 12 meses (1º pedido), 9 meses (2º) e 6 meses (demais). Passou na Câmara e vai ao Senado.
	Abono salarial	É pago para quem trabalhou pelo menos 30 dias no período de 1 ano e recebeu até dois salários mínimos. O valor recebido é o mesmo, independentemente do período trabalhado.	É preciso trabalhar durante 6 meses corridos para receber o benefício. O valor do abono salarial pago ao trabalhador é proporcional ao tempo trabalhado.	É pago ao empregado que comprovar vínculo formal de trabalho de no mínimo 3 meses. Texto-base alterado no Congresso foi aprovado na Câmara dos Deputados e segue para o Senado.
	Seguro-defeso	É pago no período em que pesca é proibida; é preciso ter 1 ano de registro como pescador para ter acesso; pode-se acumular o seguro com outros benefícios sociais.	Fica proibido o acúmulo de benefícios com o seguro; exige-se carência de 3 anos entre o registro de pescador artesanal e o recebimento do benefício.	É exigido 1 ano de registro e se pode acumular benefícios. Texto-base que mantém as regras da legislação original passou na Câmara e será votado no Senado.
	Pensão por morte	Não exige tempo mínimo de união estável nem de contribuição; o pagamento equivale a 100% do benefício; pensão para o cônjuge é vitalícia.	Prevê carência de 2 anos de contribuição e de casamento ou de união estável; também altera o cálculo de 100% para 50%.	Reduz para 1 ano e meio o prazo mínimo de contribuição. Exige 2 anos de casamento ou união estável. Texto foi aprovado na Câmara e vai ao Senado.
	Auxílio-doença	A empresa paga o auxílio por 15 dias e depois o INSS assume o pagamento; o valor pago é igual ao da última contribuição registrada.	Empresa arca com a despesa por 30 dias; depois, o INSS assume. Valor passa a ser pago pela média das últimas 12 contribuições.	Mantém a obrigação de a empresa pagar salário nos 30 primeiros dias de afastamento. Item foi rejeitado na Câmara, que manteve regra anterior ao ajuste.
MP 664	Fator previdenciário	Reduz a aposentadoria de quem se aposenta por tempo de contribuição antes de 65 anos de idade (homem) ou 60 (mulher). O tempo mínimo de contribuição é de 35 anos (homem) e 30 (mulher).	Nenhuma mudança no fator previdenciário constava na Medida Provisória 664, editada pelo governo.	Texto aprovado na Câmara propõe fórmula 85/95, pela qual o trabalhador se aposenta com provento integral se a soma da idade e do tempo de contribuição resultar 85 (mulher) ou 95 (homem).